



BRICS Initiative for
Critical Agrarian Studies

Working paper

6th International Conference of the BRICS
Initiative for Critical Agrarian Studies

A Produção do “Desenvolvimento Sustentável” na Amazônia

Uma análise das estratégias de engajamento e enquadramentos
interpretativos das ONGs.

Pedro Frizo & Paulo Niederle

November, 2018



A produção do “desenvolvimento sustentável” na Amazônia brasileira: uma análise das estratégias de engajamento e enquadramento interpretativos das ONGs.

By Pedro Frizo (UFRGS) and Paulo Niederle (UFRGS)

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasília - UnB
Brasília, Brazil

Website: <http://www.unb.br/>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil

Website: www.ufrgs.br/

Universidade Estadual Paulista - UNESP
São Paulo, Brazil

Website: www.unesp.br

College of Humanities and Development
Studies
China Agricultural University, Beijing, China

E-mail: yejz@cau.edu.cn

Website: <http://cohdc.cau.edu.cn/>

Institute for Poverty, Land and Agrarian
Studies (PLAAS)

University of the Western Cape
Cape Town, South Africa

E-mail: info@plaas.org.za *Website:*
www.plaas.org.za

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands

E-mail: information@iss.nl *Website:*
www.iss.nl

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University
of Sussex, England

E-mail: info@future-agricultures.org
Website: <http://www.future-agricultures.org/>

The Russian Presidential Academy of
National Economy and Public Administration
- RANEPa

Moscow, Russian Federation
E-mail: information@ranepa.ru *Website:*
www.ranepa.ru

Transnational Institute
The Netherlands

E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil

E-mail:
terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Resumo

Inúmeras organizações não-governamentais (ONGs) atuam na Amazônia brasileira na mobilização de recursos para viabilizar novos modelos de produção agropecuária. Os principais esforços voltam-se à redução do desmatamento por meio da construção de projetos agro-florestais alternativos à pecuária extensiva. Este artigo analisa as estratégias de engajamento adotadas por estas organizações “produtoras do desenvolvimento sustentável”. A pesquisa foi realizada em Apuí, um dos municípios que encabeçam a lista de municípios prioritários no combate ao desmatamento. Os resultados demonstram uma mudança nas estratégias das ONGs, as quais passaram de um foco eminentemente conservacionista, que encontrou resistência junto aos agricultores, para ações que, ao longo do tempo, se ‘culturalizaram’ ao arranjo institucional local, bem como aos interesses materiais e existenciais dos atores locais - fatores que atrelam-se, de maneira constitutiva, ao êxito na produção de engajamento e, por consequência, na construção de processos de trabalho “sustentáveis”.

Palavras-chave

Desenvolvimento; Amazônia; Meio Ambiente; Habilidade Social; Empreendedorismo Institucional

Acrônimos

APP - Área de Proteção Permanente

ARL - Área de Reserva Legal

CAE - Campos de Ação Estratégica

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade

ICOTI - Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG - Organização Não-Governamental

PA JUMA - Projeto de Assentamento do Rio Juma

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAMV - Projeto Apuí Mais Verde

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPRS - Programa de Pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável

SSA - Semeando Sustentabilidade em Apuí

UD - Unidade Demonstrativa

WWF - World Wide Fund For Nature

1. Introdução

A região amazônica abriga inúmeras iniciativas de desenvolvimento pautadas na promoção da sustentabilidade. Somente no ano de 2018, por exemplo, 396 empreendimentos ribeirinhos amazônicos foram classificados como “negócios sociais sustentáveis”, ou seja, de cunho comunitário e com geração de renda a partir da preservação dos recursos naturais e florestais (Conexsus, 2018). A “sustentabilidade” destes empreendimentos atrela-se, principalmente, à promoção de novos regimes de apropriação e exploração dos recursos naturais. Por sua vez, as organizações não-governamentais (ONGs) estão dentre os principais atores da promoção destes novos regimes. Subsidiadas por fundações filantrópicas, organismos privados, recursos públicos e agências bilaterais e multilaterais, elas cumprem um papel fundamental para viabilizar novos arranjos produtivos.

O objetivo deste artigo é analisar como as ONGs produzem o engajamento de outros atores sociais com vistas a viabilizar projetos de “desenvolvimento sustentável”. Junto com isso emerge uma questão sobre a própria noção de sustentabilidade que é produzida a partir destes processos de engajamento. A análise toma como pressuposto que as ONGs têm se revelado atores particularmente hábeis para, no campo de disputas que caracteriza os espaços de produção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, construir entendimentos acerca dos problemas públicos (o desmatamento, por exemplo) e das soluções para os mesmos, e, a partir disso, engajar outros atores nas suas estratégias. Para tanto, o artigo ampara-se nas discussões contemporâneas do neoinstitucionalismo sociológico acerca da ação estratégica de atores sociais hábeis que manejam recursos e discursos para produzir cooperação (Fligstein e McAdam, 2001).

A pesquisa foi realizada no Projeto Dirigido de Assentamento Rio Juma (PA Juma), localizado no município de Apuí, no sul amazonense. Com pouco mais de 20 mil habitantes, o PA Juma foi instituído em 1982 e, na época, despontava como o maior assentamento rural de toda a América Latina, com mais de 670 mil hectares e com capacidade total de abrigar 7,5 mil famílias. A partir da sua criação, este assentamento presenciou um intenso processo de substituição de atividades agrícolas e de subsistência - tais como o cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca - para a criação extensiva de gado de corte. O modelo de desenvolvimento adotado refletiu não apenas as escolhas dos agricultores, mas

também a oferta de crédito governamental subsidiado à pecuária, a presença de atravessadores de gado de corte e a ação da extensão rural focada nesta atividade. Os impactos ambientais logo se tornaram evidentes e Apuí se tornou o segundo município com a maior taxa de desmatamento no estado do Amazonas (Imazon, 2017), o que levou o Ministério do Meio Ambiente à incluí-lo na lista de municípios prioritários no combate ao desmatamento (MMA, 2017).

Foi em virtude disso que ONGs passaram a atuar no município a partir de 2008. O objetivo delas era implementar, segundo seus próprios termos, sistemas “sustentáveis de produção e comercialização agropecuária”, os quais deveriam associar geração de renda e a “manutenção da floresta em pé” (ou seja, evitar o desmatamento para introdução da pecuária extensiva). Para tanto, sete projetos foram desenvolvidos entre 2008 e 2017 (alguns dos quais continuam em execução). A efetividade dos mesmos foi muito variável, o que pode ser notado, por exemplo, pela grande oscilação no número de “parceiros” - termo doravante utilizado para definir aqueles agricultores que ocupam parcelas de terra do PA Juma - engajado com a “proposta ‘sustentável’”. Entre 2008 e 2016, o número de parceiros envolvidos nos projetos variou de 1,7% da população rural de Apuí para aproximadamente 25%, tendo a participação uma expansão significativa entre 2014 e 2016. Mais recentemente, em 2017, houve uma redução e o número retornou ao nível de 2013, de cerca de 4%.

Esta variação no número de parceiros envolvidos foi o primeiro indicador que nos levou a questionar sobre os fatores que afetam a capacidade de engajamento das ONGs. Como demonstraremos neste artigo, muitos destes fatores extrapolam a dinâmica específica do “campo político-ambiental” que se conformou na região, haja vista, por exemplo, as mudanças nas diferentes esferas políticas do país e a crise institucional e econômica que afetou a disponibilização de recursos nacionais e internacionais. Não obstante, o resultado que mais chamou a atenção foi a mudança na estratégia de engajamento das organizações. Se a redução, em 2017, no número de parceiros envolvidos foi fortemente impactada pela crise em outros campos, o movimento anterior de engajamento refletiu principalmente a reorganização do campo político-ambiental local, o que foi marcado pela ação das ONGs como empreendedores institucionais que inovaram nas estratégias de produção do desenvolvimento sustentável.

O artigo está estruturado em cinco seções. Na próxima seção, apresenta o referencial teórico e conceitual da pesquisa. A partir daí, iremos discorrer brevemente sobre o contexto social da pesquisa. Em seguida, apresentaremos

um panorama sobre as primeiras iniciativas mantidas pelas ONGs em Apuí, buscando ressaltar as principais dimensões atreladas à produção de engajamento. Uma vez feito isto, discutiremos os últimos projetos mantidos por essas organizações buscando entender em que medida estes diferem dos primeiros no que tange aos mecanismos de engajamento. Por fim, as considerações finais apontam as principais contribuições do estudo.

2. Ação estratégica, empreendedorismo institucional e a produção do engajamento à proposta sustentável

O conceito de “empreendedorismo” se tornou um mantra nos projetos sociais, inclusive naqueles que focalizam a produção do desenvolvimento sustentável. De modo geral, ele privilegia um olhar para a agência individual na produção de novas tecnologias e processos de trabalho. Nas abordagens clássicas, a ação empreendedora é atribuída ao indivíduo capaz de orquestrar recursos humanos, físicos e tecnológicos para a estruturação de processos produtivos que tragam acréscimos de produtividade (Schumpeter, 1939). Na nova economia institucional, contudo, autores como North (1983) também passaram a destacar a importância do “empreendedor ideológico”, ou seja, daquele ator capaz de mobilizar não apenas recursos, mas ideias, discursos e símbolos capazes de fazer outros atores se engajarem em um projeto comum. Ao propor este conceito, North abriu caminho para pensar o empreendedor como um promotor de ações coletivas, e cuja lógica não se deve, como imaginava Olson (1965), apenas às expectativas individuais de ganhos utilitários.

Este conceito de “empreendedor ideológico” não reverberou na ciência econômica, e sequer foi utilizado por North em estudos empíricos ou teóricos (Frizo, 2018). Foi na sociologia e, mais especificamente, nas discussões do neoinstitucionalismo sociológico (Hall e Taylor, 2003; Nee, 2003), que a produção da ação coletiva por “atores hábeis” se tornou o centro de uma série de estudos teóricos e empíricos sobre “empreendedores institucionais” - atores que se empenham na construção de ações coletivas com vistas a reconfigurar a dinâmica dos “campos”, o que, segundo Neil Fligstein e Doug McAdam (2012), implica no manejo das regras que definem as posições, identidades e hierarquias sociais.

Para Fligstein e McAdam (2012), empreendedores institucionais são atores “socialmente habilidosos” que manejam as instituições sociais para construir

identidades e significados, o que, por sua vez, lhes permite interferir na construção dos “interesses existenciais” dos indivíduos. Na medida em que estes interesses existenciais - e não o interesse utilitário - são os principais mobilizadores da ação coletiva, produzir enquadramentos de identidades e significados - incluindo aquele de “sustentabilidade” - torna-se o principal trabalho do empreendedor institucional com vistas a fazer outros atores cooperarem em torno do seu projeto. Por sua vez, sem nenhuma obrigatoriedade de engajarem-se, os atores participam de mobilizações coletivas se, e somente se, há uma imediata associação de seus propósitos com o conjunto de seus interesses individuais - sejam estes materiais, culturais, simbólicos ou políticos. Isso significa que, neste caso, não estamos diante de indivíduos utilitaristas, mas de atores estratégicos imersos em diferentes contextos sociais (Granovetter, 1985).

Esta perspectiva dialoga com o neoinstitucionalismo vigente na sociologia das organizações, o qual compreende as rotinas, procedimentos, projetos, hábitos e práticas organizacionais como instâncias regidas não somente por uma racionalidade burocrática orientada a fins/ganhos (Weber, 1978), mas também “culturalizada” (Zhao, 2010), isto é, “impregnada” por regras, moralidades e valores do contexto social no qual se situam. Esta perspectiva situacionista, ou seja, de reiteração da crucialidade do “lugar de atuação” para a formação das linhas e procedimentos organizacionais, é essencial para compreendermos, em nosso estudo, como a ação empreendedora mobiliza instituições para legitimar socialmente a produção da sustentabilidade na Amazônia.

Enquanto produtor de engajamentos, o empreendedor institucional catalisa a crítica transformadora que subjaz, de maneira latente, em outros atores com interesses congêneres, e que, em geral, encontram-se atomizados em sua individualidade solitária e em seus espaços rotineiros. Para tanto, há um processo de “culturalização” dos discursos, ou seja, de ajuste das suas estratégias discursivas à realidade social a qual os atores pertencem. A capacidade de reconfigurar um determinado campo social depende da habilidade do empreendedor institucional em congregar interesses existenciais desarticulados, para o que maneja valores, crenças, interesses, expectativas em um processo de “enquadramento interpretativo” (Silva, Cotanda e Pereira, 2017). Neste processo de enquadramento, o empreendedor institucional busca suscitar expectativas positivas entre os demais atores quanto às perspectivas futuras de efetivação dos seus interesses individuais caso se engajem no projeto coletivo. O que complica este trabalho é o fato de que estes atores também possuem

habilidades reflexivas para interpretar o que está em jogo e denunciar os processos de enquadramento se julgarem contrários aos seus interesses.

Foi a partir deste arcabouço analítico-conceitual que procuramos compreender como as ONGs têm procurado estimular outros atores sociais a engajarem-se em projetos de “agropecuária sustentável” na Amazônia. Em termos metodológicos, a pesquisa consistiu em uma análise qualitativa cujo foco esteve voltado à produção discursiva da sustentabilidade - e, mais especificamente, de um tipo de sustentabilidade - como resposta à uma crise ecológica e econômica igualmente construída para legitimar e impulsionar o processo de engajamento. Para tanto, coletamos dados a partir de entrevistas, análise documental e observações sistemáticas.¹ Os dados qualitativos foram agrupados em categorias analíticas construídas a partir de análise de conteúdo sobre o material coletado. Ao todo, foram formuladas 25 categorias. Todas, com exceção da categoria “concepções sobre sustentabilidade” e “concepções sobre desenvolvimento”, foram criadas a partir do conteúdo dos dados coletados em campo, isto é, não foram induzidas deliberadamente pelo pesquisador, mas manifestadas de maneira voluntária pelos entrevistados. A partir do conteúdo associado a cada categoria analítica, buscou-se encontrar significações similares, padrões de frequência e de relevância na realidade social dos atores.

3. Desmatamento e pecuária extensiva: a construção do problema público

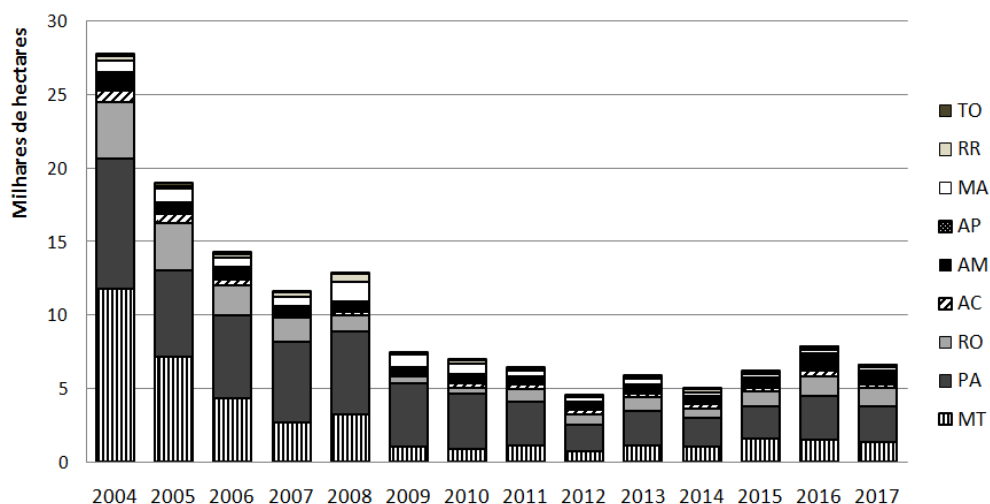
Historicamente, o desmatamento constitui uma das principais atividades econômicas do Brasil. Entre os três maiores biomas do Brasil (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica), foi na Mata Atlântica que teve início o processo de ocupação colonial e é ali que a situação é mais crítica, pois restam somente 12% de sua área original, em sua maioria distribuída em pequenas parcelas dispersas no território brasileiro (INPE, 2018; SOS Mata Atlântica, 2018). Já o Cerrado brasileiro, a “savana mais rica do mundo” (El País, 2018), considerado atualmente a principal área de produção agrícola do país, já perdeu cerca da

¹ As entrevistas foram realizadas nos municípios de Apuí e Manaus (capital do estado) entre os dias 27 de janeiro e 24 de março de 2017. No total, foram 45 entrevistas semiestruturadas com representantes e técnicos das ONGs, parceiros, gestores públicos e comerciantes. As observações sistemáticas consistiram no acompanhamento de técnicos em atividades de extensão rural e de reuniões mensais de associações rurais de Apuí. Por sua vez, a análise documental deu-se a partir da seleção de 13 documentos produzidos pelas ONGs com vistas a divulgar seus projetos de desenvolvimento sustentável.

metade da cobertura nativa (Silva, 2013), processo este impulsionado pelos vários programas do período militar e novamente acentuado pelas políticas para o agronegócio no período recente. No entanto, embora o ritmo de destruição do Cerrado atualmente supere a de todos os demais biomas, nas últimas décadas, quando se falou em desmatamento, os olhos voltaram-se para a Amazônia, que atualmente tem cerca de 20% de sua área de floresta desmatada (Prodes, 2017).

O avanço do desmatamento na Amazônia ocorre tanto para alimentar a indústria madeireira e mineral quanto para introduzir a pecuária e as lavouras de grãos. Os anos 2000 mostraram uma gradativa redução no ritmo desta prática, o que foi resultante do controle exercido pelos órgãos públicos, da reação de compradores internacionais às críticas dos movimentos ambientalistas e de consumidores, e também do trabalho ativo de organizações sociais para a construção de novos regimes de exploração dos recursos naturais (Carneiro, 2008). No entanto, no período mais recente, após 2012, o desmatamento voltou a crescer. Os estados que lideram a lista são Pará e Mato Grosso. Com 171 mil km² desmatados até o ano 2000, o Pará avançou para 262 mil km² em 2016 (extensão maior que a área total do estado de São Paulo). No mesmo período, o Mato Grosso passou de 150 para 214 mil km². A lista prossegue com Maranhão (100 mil km² em 2016), Rondônia (91 mil km²) e Amazonas (38 mil km²) (Prodes, 2018).

Figura 1 - Áreas desmatadas (em milhares de ha) por Estado na Amazônia Legal entre 2004 e 2016.

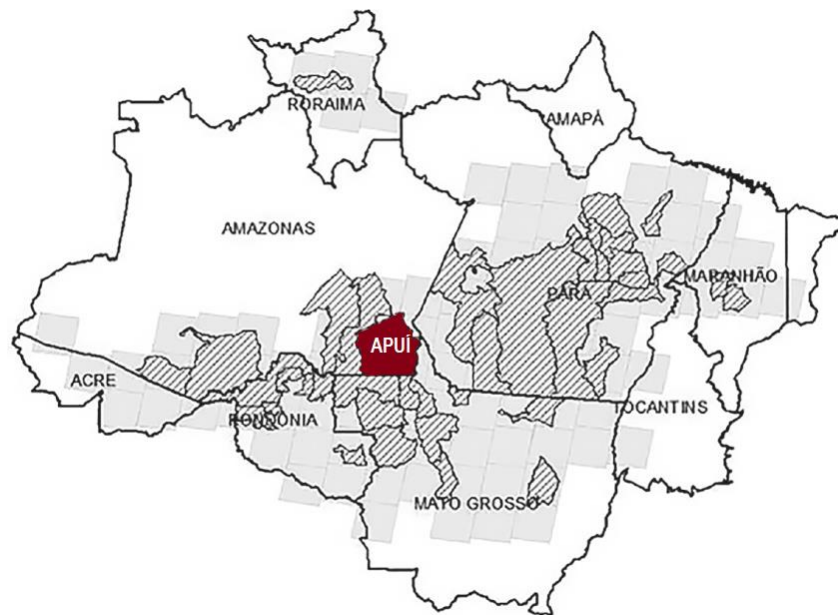


Fonte: Niederle e Wesz Junior (2018).

A retomada do desmatamento após 2012 vincula-se, dentre outras coisas, à aprovação do novo Código Florestal (Lei n. 12.651 / 2012). Além de flexibilizar as normas, a nova regra anistiou as infrações ambientais praticadas antes de 22/06/2008, criando uma expectativa entre os desmatadores de que isto pode ocorrer novamente nos próximos anos (Horochovski et al., 2016). Com efeito, após embate judicial acerca da anistia prevista pelo Código Florestal, em 28 de fevereiro de 2018, por uma diferença de apenas um voto (6 x 5), o Supremo Tribunal Federal, aprovou o perdão de multas milionárias, a maioria delas aplicada pelo Ibama entre 2006 e 2008. Entre os desmatadores, 48 fazendeiros também respondem a processos por crimes contra o ambiente e dez já foram processados por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão. Os dez maiores desmataram 98 mil hectares e deveriam pagar, conjuntamente, multas que alcançavam R\$ 166 milhões.

As áreas de controle prioritário (Figura 2) do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), coincidem com aquelas de avanço da fronteira agrícola na Amazônia, onde, ademais, também se revelam práticas espúrias e violentas de acesso à terra e aos recursos naturais (Niederle e Wesz Jr., 2018). No caso de Apuí, identificamos esta prática na ação de indivíduos e empresas que, primeiro, compram a terra dos parceiros, ou invadem áreas pertencentes a reservas florestais ou unidades de conservação; em seguida, contratam mão de obra que irá ‘abrir’ estas áreas, isto é, desmatá-las. Uma vez desmatadas, são suspensas quaisquer atividades, com o intuito de que a fiscalização não encontre ninguém nesses locais que possa ser responsabilizado pelo desmatamento. Após uma média de dois ou três anos, e de sucessivas incursões dos fiscais sem sucesso, aviões semeiam capim nestas terras. Por fim, uma vez germinado e desenvolvido o capinzal, coloca-se gado para a criação, concretizando o processo de ocupação dessas terras (Frizo, 2018).

Figura 2 - Áreas de monitoramento do PRODES na Amazônia Legal brasileira e municípios prioritários de combate ao desmatamento, com destaque para Apuí.



Fonte: INPE - PRODES (2018).

Foi em virtude do avanço deste tipo de prática que várias iniciativas passaram a ser desenvolvidas na região. Uma das mais conhecidas é a chamada “moratória da soja na Amazônia”, uma ação conjunta de ONGs, notoriamente do Greenpeace, e representantes das grandes empresas de grãos e exportadores de cereais e óleos vegetais, que visa frear o avanço da soja na Amazônia. Entre 2001 e 2006, cerca de 14% das áreas desmatadas eram ocupadas por soja e, após a moratória, assinada em 2006, o índice caiu para 5,6% (Kastens et al., 2017). No entanto, nos últimos onze anos a área de cultivo de soja saltou de 1,14 milhão de hectares na safra 2006/2007 para 4,48 milhões na safra de 2016/2017, o que pode estar associado à retomada do desflorestamento nos últimos anos, mas também à ocupação pela soja de áreas anteriormente destinadas à pecuária - empurrando a pecuária para as novas áreas desmatadas.

Outro exemplo amplamente estudado é o Projeto Pecuária Verde, no qual se destaca o município de Paragominas (Pará), terceiro colocado na lista dos maiores desmatadores do país, com 44% de sua área total desmatada até 2016 (Carneiro e Assis, 2015). A partir de uma série de ações articuladas visando alterar as práticas produtivas na pecuária para permitir a recomposição das áreas degradadas, o município de Paragominas foi o primeiro a sair da “Lista dos Municípios Amazônicos Prioritários para Ações de Prevenção, Monitoramento e Controle do Desmatamento Ilegal”. Enquanto a expansão da área desmatada neste município passou de 7,2 mil ha em 2000 para 8,6 mil ha em 2010, ela se manteve relativamente estável nos últimos anos, alcançando 8,8 mil ha em 2016.

De acordo com Carneiro e Assis (2015), o caso de Paragominas revela uma “experiência parcial e conservadora de modernização ecológica”, a qual conseguiu frear o avanço do desmatamento por meio da adoção das principais restrições ambientais legais.

No entanto, a redução do desmatamento não foi generalizada na região. Pelo contrário, sob influência de dinâmicas econômicas e institucionais locais e globais, alguns municípios continuaram com um forte ritmo de expansão desta prática. Este é o caso já mencionado de Apuí (AM), onde a área total desmatada saltou de 1,7 mil ha em 2010 para 2,3 mil ha em 2016. A particularidade envolvendo o caso apuiense está na sua localização no estado do Amazonas: a unidade da federação que ainda abriga as maiores proporções intactas da floresta amazônica. Apuí congrega importantes unidades de conservação com crescentes áreas de pastagem dentro do PA Juma. Para ampliar a criação animal em larga escala, fomentaram-se no assentamento as práticas de queimada, derrubada e abertura de áreas de floresta. Em um primeiro momento, tais práticas liberaram uma enorme quantia de madeira, a qual era vendida pelos parceiros às serrarias locais. Em um segundo momento, a abertura de novas áreas permitia a liberação de vastos contingentes de terra para a implementação de pastagens, dado que as pastagens anteriores já se encontravam em intenso processo de degradação devido à criação animal em modo extensivo (Carrero et al., 2014).

A utilização extensiva dos recursos naturais se configura como importante instituição cultural-cognitiva entre os parceiros. Primeiramente, porque se constituiu ao longo do tempo como o modo de gerenciamento da propriedade que permite às famílias lograrem o seu sustento material, bem como se adaptar ao êxodo rural, à aquisição de vastas porções de terras não tituladas e à ausência de recursos para a produção agrícola. Além disso, o pecuarista, enquanto ocupação profissional, goza de amplo prestígio e status na sociedade apuiense. Os maiores estabelecimentos comerciais pertencem a famílias de criadores de gado; o candidato vencedor das eleições de 2016 é um tradicional pecuarista na região, tendo sido apoiado por “atravessadores” (comerciantes) de gado de corte; por fim, o maior festival cultural de Apuí é o Rodeio de Touros, um dos maiores eventos do tipo em todo o Amazonas.

A dinâmica queimada-derrubada-abertura intensificou as taxas de desmatamento e de degradação ambiental no município de Apuí. Em face das consequências ambientais diretamente atreladas à existência de um regime ‘extensivo’ de apropriação e exploração dos recursos naturais, ONGs passaram

a atuar localmente a partir de 2008. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) e o World Wide Fund for Nature (WWF) integram uma frente “ambientalista” de ação no PA Juma em Apuí, cuja ação volta-se à redução do desmatamento e dos processos de degradação ambiental que dele derivam. Em conjunto, estas organizações já desenvolveram, desde 2008, sete projetos, os quais possuem múltiplas iniciativas de ação e intervenção com vistas a consolidar o que os seus funcionários entrevistados denominam sistemas “sustentáveis” de utilização dos recursos naturais.

Tais iniciativas desmembram-se em múltiplas linhas de ação, com vistas a engajar a população local - e externa ao PA Juma - na adoção de práticas “sustentáveis”. O engajamento de agentes públicos para a promoção da “sustentabilidade”, por exemplo, tem ocorrido, principalmente, no suporte a iniciativas de educação ambiental, na realização de oficinas técnicas e na estruturação de um viveiro de sementes e mudas de árvores nativas. Da mesma forma, os agentes financeiros - isto é, as grandes instituições filantrópicas, bilaterais, multilaterais ou organismos privados de doações atrelados a empresas privadas - atuam na concessão de recursos financeiros, geralmente à fundo perdido, para as duas ONGs conduzirem suas iniciativas locais. Por fim, os parceiros atuam na promoção de práticas “sustentáveis” principalmente a partir da adoção, via a assessoria técnica concedida pelo IDESAM e pelo WWF, de sistemas produtivos agroflorestais e/ou silvipastoris. Em conjunto, as ONGs e os agentes públicos, financeiros e famílias parceiras que conduzem essas práticas integram uma “coalizão ambientalista”, a qual visa promover o um regime ‘sustentável’ de apropriação e exploração dos recursos naturais no PA Juma em Apuí.

4. Projetos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia

A atuação do IDESAM e do WWF no município de Apuí começou no ano de 2008, quando a primeira organização deu início ao Projeto Apuí Mais Verde (PAMV). Este ano pode ser considerado um marco da “atuação ambientalista” no município. Desde então, um total de sete projetos diferentes foram propostos por ambas as organizações, contando com as mais variadas iniciativas, modelos de intervenção, parcerias e evidências de efetividade em relação à participação social de atores locais e externos (Quadro 1).

Quadro 1. Projetos coordenados pelas ONGs em Apuí.

Projeto	ONG	Objetivo principal	Público Alvo	Principais apoiadores
Apuí Mais Verde (PAMV) 2008-2011	IDESAM	"Recuperar áreas degradadas, áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, por agricultores e pecuaristas do município de Apuí, recompondo a saúde do solo e das nascentes dos rios do município, além de promover o sequestro de carbono que contribui para combater o aquecimento global."	Parceiros com áreas degradadas, passíveis de penalidade ambiental	Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Prefeitura de Apuí, Fundação Avina
Semeando Sustentabilidade I, II e III (SSA) 2011-2017	IDESAM e WWF	"Fortalecer a gestão ambiental em Apuí e capacitar a população para o desenvolvimento de atividades produtivas mais sustentáveis."	Parceiros em geral e Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Fundo Vale, Prefeitura de Apuí, Secretaria do Meio Ambiente, Sindicatos
Projeto de Microcrédito 2015-Presente	IDESAM	"Recuperar a área que está usando e não abrir novas áreas"	Parceiros criadores de gado de corte	Organismo filantrópico e religioso holandês
Café Agroflorestal 2012-Presente	IDESAM	"Fomentar e fortalecer a cadeia do café agroflorestal em Apuí como alternativa sustentável para a geração de renda e crescimento social."	Parceiros produtores de café	Natura, IMAGLORA, Prefeitura de Apuí, Cooperativa 1, EMBRAPA, USP-ESALQ, INCRA, CATIE, INPA, Ouro Verde
Plano de Gestão dos Mosaicos (PGM) 2006-2010	WWF	"Ferramenta fundamental para assegurar a efetividade de implementação das Áreas Protegidas. Referência para os gestores, moradores, associações comunitárias e demais entidades governamentais e não governamentais que estão envolvidas nos processos de gestão dessas áreas."	Parques estaduais e nacionais de conservação	Prefeitura de Apuí, Governo do Estado do Amazonas e Governo Federal
Projeto de ATEs 2014-2017	IDESAM	"Implantar um modelo baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial."	Famílias Assentadas	INCRA

Fonte: Elaborado pelos autores com base em entrevistas e análise dos seguintes documentos: Projeto Apuí Mais Verde; Relatório de atividades do SSA I; Relatório Resultados & Perspectivas do Projeto Café Agroflorestal; Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí e Informativo Apuí Rural n. 4.

A partir dos seis projetos que coordenou, o IDESAM se tornou o ator central na proposição de um regime "sustentável" de apropriação e exploração dos recursos naturais. No entanto, as iniciativas propostas por esta ONG podem ser divididas em duas frentes. Em um primeiro momento, despontaram projetos essencialmente ambientalistas, compromissados a monitorar a aplicação das principais normativas ambientais previstas no Código Florestal, tais como o respeito e recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (ARLs). Estão neste conjunto de projetos o PAMV e o PGM, os quais, em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, focalizaram a elaboração de um plano de gestão, para as 13 unidades de conservação

localizadas dentro dos limites do município. Especificamente no que tange o PAMV, concebido em parceria com a Prefeitura de Apuí, com a Secretária Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) e com a Fundação Avina - instituto filantrópico latino-americano -, o objetivo era recuperar áreas degradadas pelo uso excessivo dos recursos florestais, recuperando margens e nascentes de rios, bem como parte da mata original de propriedades rurais. A seleção dos parceleiros era livre, ou seja, estes deveriam procurar o IDESAM e demonstrar interesse em recuperar as áreas degradadas de suas respectivas propriedades.

Com este projeto esperava-se estruturar uma das primeiras iniciativas de Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD) no Amazonas, a partir da qual os parceleiros receberiam por seus “serviços ambientais”. No entanto, as iniciativas não previram apoio técnico à produção e às necessidades de reprodução material das famílias de agricultores. Na visão dos entrevistados, isto se constituiu como a principal razão para a ineficácia dos primeiros projetos em produzir o engajamento da população local. O PAMV, por exemplo, se estendeu de 2009 a 2011 e teve seu fim explicado pelos atores entrevistados nos seguintes termos: faltaram investidores interessados em pagar pelo serviço ambiental prestado pelos parceleiros; e, em virtude disso, somente 70 famílias - 3,3% do total de famílias rurais locais - se cadastraram junto ao IDESAM para reflorestamento e recuperação ambiental por intermédio do projeto. Atualmente, os próprios funcionários do IDESAM reconhecem que o PAMV não conjugava propostas atreladas às necessidades mais iminentes das famílias parceleiras, as quais em geral, vivem em condições de pobreza.

A princípio, nossa atuação era restaurar. A gente fez um mapeamento de mais de 1.500 áreas de APP, com GPS e tudo, mas não saiu do papel, porque os produtores, como eles falam, ‘quando você tá no vermelho você não pensa no verde’. Em resumo: a nossa estratégia foi mudando aos poucos, porque se você chegar lá e só falar ‘vamos restaurar’, ninguém comprava a ideia. Então, a estratégia também foi mudando pra esse lado, partindo de um negócio mais purista de restauração e mitigação das mudanças climáticas pra envolver realmente cadeias produtivas (Técnico do IDESAM. Entrevista concedida em março de 2017).

As reduzidas taxas de engajamento dos parceleiros aos projetos apontaram à necessidade das ONGs alterarem suas estratégias de ação, mobilizando novos recursos e discursos. Assim, em um segundo momento, emergem projetos que mesclam abordagens e objetivos ambientais com propósitos econômicos e sociais. Nestes novos projetos (Café Agroflorestal, Semeando Sustentabilidade I, II e III, Projeto de Microcrédito e Projeto de ATES) despontam termos como

“desenvolvimento”, “renda”, “produção sustentável”, “crescimento” e “cadeias produtivas”.

O processo de culturalização dos procedimentos, rotinas, projetos, práticas e hábitos organizacionais das ONGs passou pela incorporação de dimensões institucionais que refletem a formação histórica do PA Juma em Apuí. Enquanto espaço concebido como parte integrante do projeto de colonização da Amazônia, a ocupação do PA Juma resumiu uma série de aspirações e expectativas por parte dos parceiros - protagonistas de um longo e extensivo movimento migratório principiado na década de 1980 - de consolidação do que Wanderley (1996) denomina “território familiar”: espaço rural de onde o indivíduo e sua família, amparados sobre a força de trabalho familiar e sobre o controle da terra juridicamente legitimado, sacam a sua própria subsistência, reproduzindo a estrutura familiar ao longo do tempo.

A ampla maioria dos parceiros apuienses vieram, inicialmente, dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e, em um segundo momento, já no fim da década de 1980, do Espírito Santo, da Bahia e de Rondônia. Três razões motivaram a migração destas pessoas: o tamanho das famílias nas regiões de origem, o alto preço da terra nestes lugares e o reduzido custo para acessá-la na nova fronteira agrícola. Soma-se a isso o projeto de colonização do governo militar brasileiro, o qual estava interessado em mitigar as pressões e conflitos fundiários nas regiões mais populosas do país e, ao mesmo tempo, povoar um território “desocupado” (Ianni, 1978). Contribuiu para este processo a construção imaginária da “fronteira”, um território “inventado” pelo Estado como espaço “selvagem” à espera da “civilização” (Velho, 2009). A “fronteira” foi compreendida e apropriada simbolicamente como a região de efetivação de oportunidades socioeconômicas - de “futuros imaginados”, diria Beckert (2017) - não possíveis de usufruto nas regiões de origem das famílias parceleiras. O principal componente deste discurso era a oportunidade de fixação definitiva em um pedaço de terra, de onde os agricultores poderiam tirar o sustento para a reprodução da estrutura familiar.

No entanto, a fronteira se revelou um espaço social mais complexo e desafiador do que muitos imaginaram. No que tange à reprodução econômicas dos migrantes, houve uma enorme frustração de expectativas. Um dos principais problemas da produção agropecuária no município foi a gradativa queda na produtividade da terra ao longo do tempo e, com isso a redução do rendimento das famílias assentadas. Com efeito, ao compararmos a renda agrícola média em 2006 e 2014, nota-se uma queda de quase 30%, de R\$ 18.245,25 para

R\$ 12.934,31. Em virtude disso, com o passar do tempo, muitos parceiros começaram a deixar o assentamento em direção a outras áreas rurais ou em busca de empregos urbanos. No momento de realização da pesquisa, restavam pouco menos de 2 mil famílias no assentamento que deveria abrigar 7,5 mil. Entre todos os municípios da microrregião geográfica do Rio Madeira, Apuí é o único que apresentou decréscimo de sua população rural entre 2000 e 2010.

Para o parceiro, a não efetivação da fixação perene no “território familiar” representa um risco à sua identidade social de agricultor. Não impressiona, portanto, que nos seus discursos o termo “terra” foi amplamente dominante em todos os estratos de entrevistas relativos à categoria “Identidade Social” - foram 34 referências, vindas de 18 parceiros diferentes. A significação do parceiro acerca da sua condição e posição dentro do assentamento tem como referência a efemeridade da posse da terra, os escassos capitais econômicos, sociais, simbólicos e políticos/culturais que ele possui para lograr esta posse e a reduzida capacidade institucional para fazer valer seus direitos de controlar em definitivo um pedaço de terra. Isto é visível no depoimento de um dos parceiros mais antigos do assentamento, para quem é a posse da terra “o que faz de um produtor rural um produtor rural”.

Em face desta situação, a capacidade dos “sistemas ‘sustentáveis’”, calcados na produção agroflorestal e/ou silvipastoril, de incrementar a produtividade da terra, passou a ser um dos componentes mais relevantes do discurso das ONGs para engajarem os parceiros nos seus projetos. Ao invés da proteção da floresta, o discurso volta-se à manutenção do agricultor e da sua família na terra, o que implica na manutenção do que lhe é mais caro, a sua identidade.

5. Novas estratégias para a produção de engajamento

As mudanças nas estratégias de produção de engajamento por parte das ONGs foi um processo de *learning-by-doing*, estimulado a partir das percepções dos técnicos acerca da efetividade dos projetos. Estas mudanças não ocorreram apenas com relação aos atores e recursos mobilizados, mas também nas práticas discursivas de enquadramento interpretativo da “proposta sustentável”.

O Quadro 2 resume a evolução das instituições que amparam a ação das ONGs em Apuí. Embora no que tange às instituições regulatórias há uma visível similaridade dos projetos mais recentes com os anteriores, nota-se um

significativo câmbio nas instituições normativas e cognitivas. Enquanto o PAMV e o PGM privilegiavam abordagens atreladas a uma moral preservacionista, os projetos mais recentes conectam os valores “ecológicos” às dimensões mais práticas da subsistência familiar, as quais são constitutivas do interesse existencial do parceleiro, em especial a questão da fixação definitiva na terra. Com efeito, a noção de “sustentabilidade” passou a ser fortemente atrelada à ideia de “sustento material”: para pouco mais de 40% dos 23 parceleiros entrevistados, ao perguntarmos sobre o sentido da palavra “sustentabilidade”, a resposta esteve associada ao sustento econômico prolongado e perene a partir da apropriação dos recursos naturais, sem qualquer menção à sua preservação ambiental.

No meu entendimento é uma coisa que você... vai se sustentar daquilo. Entende? Como a andiroba [árvore nativa]... nós temos a andiroba e támo começando a vender a andiroba, tirar o óleo. Nós não sabia viver do próprio sítio. Entendeu? Isso o que eu entendo. Sustentabilidade. Plantar e você viver daquilo (Parceleiro, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

A “culturalização” das instituições mobilizadas pelas ONGs é identificada no tipo de assistência técnica que elas passaram a fornecer. De um estágio marcado pela recuperação exclusiva de áreas de APP e ARL, as iniciativas voltaram-se para outras práticas: (a) parcerias estratégicas com associações rurais para a promoção de certificações orgânicas; (b) parcerias com órgãos públicos para selar acordos de cooperação técnica/produtiva; (c) parcerias com institutos filantrópicos e agentes financeiros para o recebimento de doações; (d) parceria com investidores para a viabilização de microcrédito a parceleiros; (e) cooperação técnica com outras ONGs; (f) realização de viagens e excursões técnicas com parceleiros; (g) implementação e expansão de unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais e silvipastoris; (h) assistência técnica para a produção orgânica; (i) assistência técnica para a certificação; (j) atuação direta em cadeias produtivas do café, da copaíba e do gado de corte, negociando e relacionando-se com compradores finais e atravessadores; (k) realização de oficinas, workshops e seminários para a capacitação técnica das famílias parceleiras em atividades agrícolas, extrativistas e pecuárias. Essas iniciativas não apenas focalizam mais diretamente as relações de trabalho e produção (o modo como o homem essencialmente se relaciona com a natureza, diria Marx), mas também o produto econômico que se aufera a partir destas relações. Em outras palavras, a natureza passa a ser manejada como componente das práticas econômicas.

Quadro 2. Instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas sustentadoras dos projetos e iniciativas das ONGs.

Projeto	Regulatórias			Normativas			Cognitivas		
	Parceiros	Agentes financeiros	Agentes públicos	Parceiros	Agentes financeiros	Agentes públicos	Parceiros	Agentes financeiros	Agentes públicos
Apuí Mais Verde (PAMV) 2008-2011	Não participam	Intangível	Antigo Código Florestal	Não participam	Intangível	Intangível	Não participam	Intangível	Intangível
Semeando Sustentabilidade I, II e III (SSA) 2011-2017	Embargos do IBAMA e conformação às regras ambientais	Antigo Código Florestal	Intangível	Responsabilidade em ser "ecologicamente correto"	Marketing verde	Intangível	Valores preservacionistas	Conhecimento científico/críticos para doações	Intangível
Projeto de Microcrédito 2015-Presente	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Código Florestal	Intangível	Responsabilidade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Marketing verde	Intangível	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/críticos para doações	Intangível
Café Agroflorestal 2012-Presente	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Não participam	Cumprimento às regras nacionais de ATES	Responsabilidade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Não participam	Responsabilidade em gerir colonização/assentamento	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/críticos para doações	Nenhum
Plano de Gestão dos Mosaicos (PGM) 2006-2010	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Código Florestal	Intangível	Responsabilidade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Marketing verde	Intangível	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/críticos para doações	Intangível

Projeto de ATES 2014-2017	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Código Florestal	Intangível	Responsabilid ade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Intangível	Agentes públicos não participam	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/critér ios para doações	Agentes públicos não participam
------------------------------	--	---------------------	------------	--	------------	--	--	--	---------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017) e a partir de categorias analíticas descritas em Scott (2014).

É interessante notar que este processo reforçou uma dimensão “tecnocrática” da ação das ONGs. O PA Juma em Apuí foi parte integrante da apropriação simbólica da Amazônia como uma “fronteira em transição”: de um território “selvagem”, avesso à fixação e ao trabalho humano, para um território “civilizado”, construído de tal modo a partir das intervenções militares nas grandes obras de infraestrutura e nos assentamentos rurais. A visão do PA Juma como um território “vocacionado” à produção agropecuária fez parte do imaginário dos primeiros migrantes e se constituiu como apropriação simbólica continuamente desafiada diante das precariedades estruturais para a consolidação por parte de um “território familiar” entre os parceiros apuienses. O enquadramento “tecnocientífico” promovido pelas ONGs passou a dialogar diretamente com esta imagem compartilhada entre os atores locais sobre as dificuldades de permanência na terra. Em vista disso, as ONGs procuraram se posicionar como aptas a conduzir esta almejada “transição à modernidade”, apropriando-se, para tanto, da autoridade do discurso científico.

Concebido originalmente como uma organização de pesquisa científica, o IDESAM evoluiu gradativamente para a execução de projetos de intervenção social. No entanto, a pesquisa e a produção de conhecimento científico ainda ocupam papel central dentro de sua estrutura organizacional, haja vista a manutenção de um corpo de funcionários exclusivamente focado nestas atividades. Ademais, os relatórios, artigos e planos de avaliação redigidos pelo corpo de especialistas mantidos pelo IDESAM também são elucidativos do papel central da ciência na produção de engajamento entre as famílias parceiras. As projeções de renda e de produtividade incluídas nestes documentos são comumente apresentadas nas reuniões (e nas próprias entrevistas) a fim de argumentar favoravelmente à implementação dos projetos. A viabilidade econômica dos sistemas é compreendida pelos agentes das ONGs como fator “objetivo” desvelado pelo conhecimento tecnocientífico, cabendo assim ao técnico do IDESAM, ao apresentar os projetos aos parceiros, demonstrar como a adoção dos sistemas agroflorestais e silvipastoris possuem um benefício irrevogável.

Eu acho que tem pouco conhecimento sobre isso [sistemas agroflorestais e silvipastoris]. Porque são pessoas que saíram das suas casas lá no Sul no Sudeste do país e vieram pra cá e foram largadas ali naquela área pelo Governo. Então a regra que eles tinha era...era chegar, ocupar a terra, desmatar e produzir. E eu não sei como isso mudou recentemente, mas eu acho que ainda na cabeça não tá muito...não tem muito conhecimento, assim, não conhece muito, sabe? Acho que não é nem porque não quer né, mas ainda porque não tem isso como verdade absoluta. (Técnico, entrevista concedida em janeiro de 2017).

Se, por um lado, os parceiros adotam inercialmente as técnicas de produção agropecuária usualmente herdadas de seus antepassados, ou construídas ao longo de sua experiência prática de trabalho na agropecuária, as técnicas apresentadas pelas ONGs são métodos de plantio, cultivo e criação desenvolvidos nas universidades e centros de pesquisa, cabendo aos técnicos atuarem como *brokers* (Lewis e Mosse, 2006) entre o mundo acadêmico e o mundo prático do parceiro. Já amplamente criticada na sociologia rural, esta visão difusionista do extensionista rural enquanto agente que “leva” tecnologias modernas esteve presente no discurso de todos os técnicos entrevistados. Isto explica a razão pela qual emergiram recorrentes manifestações sobre a atuação das ONGs como instâncias de reprodução de assimetrias de poder e conhecimento. Cada vez mais, a proposta sustentável das ONGs passou a incorporar o discurso da produtividade:

Hoje a gente tem um rebanho, ah não sei, de 400 mil e esses novos sistemas [silvipastoris] conseguem triplicar em média: se o cara tem uma [cabeça de gado], ele consegue pôr três. Hoje nós temos 400 mil, se eles conseguissem ter três nesse mesmo tamanho de área que se tem aberto hoje, a gente teria 1 milhão e 200 [cabeças de gado]. Ficaria muito mais aquecida a economia e o melhor de tudo: os caras tão sendo auto sustentável. (Técnico, entrevista concedida em março de 2017).

Os sistemas agroflorestais e silvipastoris garantem a fixação mais efetiva dos nutrientes no solo, a redução da dependência de inputs químicos como o calcário, a diminuição no ritmo de degradação das pastagens, o aumento da produtividade das plantações, e o acréscimo na qualidade do produto. Assim, longe de serem entendidos como exclusivamente provedores de serviços ambientais, estes sistemas são entendidos pela maioria dos atores entrevistados como capazes de prover “serviços econômicos através da conservação”, ou um “serviço ambiental economicizado”. Com efeito, ao passo que 45% dos agentes de ONGs entendem os sistemas agroflorestais e silvipastoris como sistemas cuja principal função é “aumentar a renda doméstica”, cerca de 65% dos parceiros entrevistados os significam como sistemas que “aumentam a produtividade da terra”.

A compreensão econômica destes sistemas explica porque, ao analisarmos os significados das ações de “Assistência Técnica”, prevalecem junto aos entrevistados enquadramentos associados ao mundo material das famílias parceiras. Enquanto a implementação de normativas ambientais não foi referenciada por nenhum entrevistado com relação ao papel da Assistência Técnica, outros enquadramentos que dão conta de capturar os “benefícios tecnológicos e econômicos” trazidos pelas iniciativas desenvolvidas pelas ONGs foram amplamente referidos (46% das referências categorizadas), com

destaque para práticas como o empréstimo de máquinas e equipamentos, a concessão de adubos e a frequência das visitas técnicas para acompanhamento da produção. Logo em seguida, estão os benefícios identificados à “capitalização do parceleiro” (10% das referências), a qual se associa à “descomoditização da produção e incentivos a novos canais de escoamento” (23%).

Os projetos visam agregar valor à produção agropecuária por meio da certificação orgânica e/ou da articulação de redes de consumidores que se dispõem a pagar um preço prêmio pelos produtos agroecológicos. Segundo esta estratégia, as iniciativas do IDESAM, por exemplo, visam ocupar um “nicho de mercado” dentro da cadeia produtiva do café, o que permite o pagamento de valores diferenciados pelas sacas produzidas pelas famílias parceleiras aderentes ao projeto Café Agroflorestal, ao qual está associada a marca Café Apuí Agroflorestal. Para tanto, tem-se realizado oficinas técnicas e reuniões mensais, bem como o financiamento de visitas técnicas de pesquisadores e acadêmicos para estruturar a Associação Ouro Verde de Produtores Rurais como organismo para atuar na avaliação participativa da conformidade da produção orgânica do café.

A fim de viabilizar o escoamento e comercialização dos grãos orgânicos e agroflorestais, o IDESAM dialoga diretamente com dois importantes atores da cadeia produtiva desta commodity: Laércio e Eliseu, os únicos atravessadores de café em Apuí. Representantes de uma “elite” econômica do município, ambos são alicerces fundamentais para a consolidação do nicho de mercado ao café orgânico e agroflorestal. Para tanto, Laércio paga um sobrepreço de 30 reais para grãos de café produzidos em uma determinada faixa de “defeitos” e sob práticas orgânicas e agroflorestais, comercializando-os para Eliseu após o descascamento dos grãos. Por sua vez, Eliseu torra e embala o produto em uma embalagem desenhada especificamente para este tipo de café, trazendo estampado o nome Café Apuí Agroflorestal e os logos do IDESAM e do Fundo Vale - principal financiador do projeto. Já o IDESAM auxilia na comercialização deste produto em centros urbanos como Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo, para isso, contratado um funcionário para trabalhar especificamente junto a estabelecimentos comerciais e feiras de produtos orgânicos. Este caso demonstra como a cooperação das ONGs com atravessadores - adaptando os projetos as suas regras e padrões de produção - permite mobilizar recursos e redes úteis para lograr o engajamento dos parceleiros, tendo em vista que estes possuem maiores rendimentos com a integração na cadeia orgânica e agroflorestal.

6. Considerações finais

Um dos principais resultados obtidos neste estudo diz respeito à identificação de um processo de culturalização dos discursos e das ações das ONGs em face do contexto institucional que define a realidade sociohistórica dos parceleiros apuienses. Ao longo do tempo, a proposta ‘sustentável’ destas organizações migrou de um viés puramente preservacionista, desconectado das necessidades materiais dos atores locais, e que falhou em propiciar a identificação mútua entre ONGs e parceleiros, para uma ideia de “modernização ecológica”, a qual se coaduna aos interesses existenciais mais imediatos dos parceleiros, bem como à imagem do PA Juma como um “território de transição”, uma fronteira ainda à espera da civilização, tal qual imaginado pelos governos militares nos anos 1960-70, e perpetuado no imaginário social local.

A adoção de técnicas agroflorestais e silvipastoris não foi mediada estritamente por uma razão utilitária, da mesma forma que não se fez produto de uma ação coercitiva - seja esta coerção os preços de mercado das mercadorias agrícolas e pecuárias, os quais impulsionam o parceleiro a reordenar seus fatores de produção a fim de aumentar cada vez mais a produtividade; seja a ação de organismos federais de controle do desmatamento, tal como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ao contrário, a adoção das mencionadas técnicas se fez mediada por instituições morais e culturais, veiculadas a partir do diálogo contínuo com os agentes das ONGs. Da mesma forma, a adoção dos modos de produção agroflorestais e silvipastoris viabilizou-se através de redes de assistência técnica e da apropriação de materiais disponibilizados pelas ONGs. Portanto, precedeu à adoção de novos processos de trabalho a produção social de sua própria viabilidade social, econômica e técnica.

Referências

BECKERT, J. *Imagined futures: fictional expectations and capitalist dynamics*. Cambridge: Harvard University, 2017.

CARNEIRO, M. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazonia Oriental. *Caderno CRH*, v. 21, p. 323-336, 2008.

CARNEIRO, M.; ASSIS, W. O controle do desmatamento na Amazônia como um processo de modernização ecológica: a experiência do Projeto Município Verde. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 12, p. 53, 2015.

CONEXSUS. *Mapa de Negócios Comunitários Sustentáveis*. Disponível em: <http://desafioconexsus.org/mapa/>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

FLIGSTEIN, N. Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions. *American Sociological Review*, v. 61, n. 4, p. 656-673, ago./1996.

FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. *A Theory of Fields*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FRIZZO, P. *Os fundamentos institucionais para o gerenciamento dos bens comuns na Amazônia Central*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. *Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí*. Série Técnica Planos de Gestão, vol. I e II, Apuí - Amapá, março de 2010.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 9, n. 3, p. 481-510, 1985.

HALL, P.A.; TAYLOR, R.C.R. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193-224, 2003.

IANNI, O. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). *Informativo Apuí Rural*, nº4 - março, 2016.

KASTENS, J. et al. *Soy moratorium impacts on soybean and deforestation dynamics in Mato Grosso, Brazil*. Plos One, 2017. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0176168>

LEWIS, D.; MOSSE, D. *Development Brokers and Translators: The Ethnography of Aid and Agencies*. Bloomfield, Connecticut: Kumarian Press Inc., 2006.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. “Lista de Municípios Prioritários da Amazônia Brasileira”. Available at: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2017/09/mais-cidades-sao-adicionadas-a-lista-de-combate-ao-desmatamento-na-amazonia-legal>

NEE, V. The New Institutionalism in Economics and Sociology. *CSES Working Paper Series*, Paper #4. Nov./2003.

NIEDERLE, P.; WESZ JR., W. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NORTH, D., C. *Structure and Change in Economic History*. New York: W. W Norton & Company, 1983.

OLSON, M. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

SCHUMPETER, J. *Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. New York: McGraw-Hill, 1939.

SCOTT, W., S. *Institutions and Organizations: Ideas, Interests and Identities*. SAGE Publishing, 4th edition, 2014.

Silva, M.; COTANDA, F.; PEREIRA, M. Interpretação e ação coletiva: o ‘enquadramento interpretativo’ no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, p. 143-164, 2017.

VELHO, O., G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, M, N, B. *As origens históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17 - Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WEBER, M. *Economy and Society*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1978.

ZHAO, D. Theorizing the Role of Culture in Social Movements: Illustrated by Protests and Contentions in Modern China. *Social Movement Studies*, v. 9, n. 1, p. 33-50, 2010.

pedro.frizo@gmail.com
pauloniederle@gmail.com

Sobre os autores

Pedro Frizo é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), obtido com voto de louvor e vencedor do Prêmio NEAD/SOBER de melhor dissertação em Sociologia Rural em 2018. Economista pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), com último ano cursado no exterior - Universitat de les Illes Balears e University of Illinois at Urbana-Champaign, no primeiro e segundo semestre, respectivamente. Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o fortalecimento de iniciativas sustentáveis em comunidades ribeirinhas no Amazonas. Membro convidado da Associação Suíça de Investimento de Impacto (SIIA) para o ano de 2019. Desde 2017 é membro do comitê editorial do CEIRI Newspaper, o principal portal de relações internacionais no Brasil. Foi pesquisador e consultor do IDESAM (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas). Trabalha com pesquisas na área de desenvolvimento, sociologia da fronteira, sociologia econômica e economia política.

Paulo Niederle é professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é coordenador do Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (AFLA-UFRGS-UNILA). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD-UFRGS). É membro do

Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar da CLACSO/FAO, representante da América Latina no Research Committee on Agriculture and Food (RC 40) da International Sociological Association (ISA), membro do Grupo de Investigadores em Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (GIPPAF) da REAF-Mercosul, pesquisador da Red Políticas Públicas na América Latina (Red PP-AL).

